

JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2023.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 8098/2023

Trata-se de resposta ao Pedido de Impugnação ao Edital interposto por **CELSO BERTOLUCI LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.826.948/0001-63, ora Impugnante, contra Edital do pregão em referência, cujo objeto é a “Constituição de sistema de Registro de Preços eventual para aquisição e instalação futura de cortinas de varão para atender a demanda da Rede Municipal de Ensino, com fornecimento de mão-de-obra e material, pelo período de 12 (doze) meses, conforme Edital e Anexos”.

1. DA ADMISSIBILIDADE

1.1. Nos termos do disposto nos itens 16.5 e 16.6. do Edital c/c art. 12 do Decreto 3.555 de 08/08/2000, é cabível, por qualquer pessoa, a impugnação do ato convocatório do pregão até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública.

1.2. Desse modo, observa-se que o Impugnante encaminhou sua petição, no dia 15 de setembro de 2023, e, considerando que a abertura da sessão pública do pregão está agendada para o dia 25 de setembro de 2023, às 09h00, a presente impugnação apresenta-se tempestiva.

2. DAS RAZÕES E FUDAMENTAÇÕES DA IMPUGNAÇÃO

A impugnante requer impugnar o edital pelo motivo abaixo:

“O Edital não estaria informando de forma expressa e compreensiva a todos os licitantes qual Norma Técnica, será avaliada para cada ensaio de laboratório


Julio César
Agente Administrativo

em 22/09/2023

exigido nos itens 4.1 a 4.8 do Termo de Referência, e requer assim a exclusão da exigência dos ensaios”.

Primeiramente, ressalta-se que a licitação é o instrumento de seleção que a Administração Pública se utiliza, objetivando obter a proposta mais vantajosa aos seus interesses, é certo que o sentido de “vantajosa” não é sinônimo de mais econômica financeiramente, já que, a licitação busca selecionar o contratante e a proposta que apresentem as melhores condições para atender a reclamos do interesse coletivo, tendo em vista todas as circunstâncias previsíveis (preço, capacitação técnica, qualidade etc).

É o juízo discricionário do Administrador que determina as especificações do produto que pretende adquirir, de modo a extrair as melhores condições de sua utilização para adequar-se as suas realidades, sempre pautadas na razoabilidade e proporcionalidade dos meios aos fins, pois quando a lei confere ao agente público competência discricionária, isso significa que atribuiu ao agente o dever/poder de escolher a melhor conduta, dentre um universo de condutas possíveis, para a plena satisfação do interesse público, sendo a busca deste interesse

No que diz respeito à alegação de exclusão dos laudos/ensaios técnicos, deve-se destacar que esta Administração adota, na íntegra, os argumentos trazidos pela Corte de Contas:

Garantir um padrão de qualidade e assegurar perfeito funcionamento do mobiliário, com comprovação de estabilidade, ergonomia, resistência e durabilidade dos itens a serem adquiridos. Cabe à administração exigir qualidade em seus fornecimentos, com vistas a evitar desperdício de dinheiro público. Essa exigência atende ao interesse público e não se mostra desmedida ou desarrazoada.

Destaca-se que a Administração tem o dever de precaver-se contra eventuais empresas que frustrem a contratação futura por não serem técnica e economicamente aptas a execução do serviço. Vale frisar que se busca no mercado empresas especializadas no ramo, tentando sempre conter a participação de aventureiros. O Poder Público deve

valer-se de seu direito de discricionariedade para garantir seja realizado o melhor procedimento aquisitivo adequando preço e qualidade.

As especificações e exigências contidas no edital informadas pela Secretaria requisitante estão dentro dos ditames legais, conforme entendimento da Corte de Contas, desde que previsto no instrumento convocatório, na fase de propostas a Administração pode exigir, do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, em prazo razoável e suficiente para tal, a apresentação de amostra do produto ou insumo, acompanhada dos laudos técnicos necessários a comprovar a qualidade do bem a ser fornecido.

Os ensaios exigidos visam assegurar o atendimento de requisitos básicos de qualidade, resistência, durabilidade, visto que uma aquisição de produtos de qualidade garantirá o cumprimento do princípio constitucional da eficiência e do bom uso dos recursos públicos, e de segurança, dado a faixa etária de atendimento dos educandos é necessário a adoção de medidas que garantam um ambiente escolar seguro, nesse sentido, o artigo 53 do ECA determina que a criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a adoção de políticas públicas que permitam o acesso a serviços públicos de qualidade, como escolas seguras e protegidas.

O Edital estabelece que os ensaios de laboratórios sejam feitos por laboratórios acreditados pelo INMETRO, desta forma os licitantes podem escolher qual laboratório melhor lhe convém desde que seja reconhecido pelo INMETRO. Estando de forma clara e inequívocas no edital quais são os ensaios exigidos, as normas técnicas adotadas são estabelecidas pelo INMETRO, interessando a Administração tão somente que sejam comprovados que os requisitos de qualidade e segurança estabelecidos em edital sejam comprovados, pois se ressalta visa garantir a qualidade, economia dos recursos públicos e sobre tudo a segurança em ambiente escolar.

A solicitação de amostra na fase de classificação apenas ao licitante que se apresenta provisoriamente em primeiro lugar, ao contrário, não onera o licitante, porquanto confirmada a propriedade do objeto, tem ele de estar preparado para entregá-lo, nem restringe a competitividade do certame, além de prevenir a ocorrência de inúmeros problemas para a administração.

“Se for o caso de apresentação de amostras, afigura-se evidente o descabimento de impor-se a exigência em relação a todos os licitantes. A única alternativa será determinar que o licitante cuja oferta sagrar-se vencedora deverá apresentar a amostra antes da assinatura do contrato. **Ou seja, os licitantes terão conhecimento de que, se saírem vencedores do certame, terão de encaminhar imediatamente a amostra do objeto ofertado**” (cf. Marçal Justen Filho in Pregão – Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico, 2ª ed., Dialética, São Paulo, 2003, p. 116).

O edital prevê prazo razoável para entrega das amostras e é isonômica a todos licitantes, não frustra portanto qualquer competitividade.

Por esses motivos, não vemos a princípio qualquer ilegalidade.

Importante ainda elucidar, que é dever do Administrador Público garantir contratação vantajosa a fim de que seja preservado o interesse da coletividade, haja vista que tal interesse sempre vai se sobrepor ao interesse de particulares.

Nesse contexto, verifica-se serem infundadas as razões apresentadas pela impugnante, visto que não foram demonstradas irregularidades capazes de macular o procedimento licitatório, não insurgindo razões que impeçam a continuidade do presente Processo Licitatório.

3. DECISÃO

Isto posto, conheço a impugnação apresentada por **CELSO BERTOLUCI LTDA** para no mérito, **NEGAR PROVIMENTO**, nos termos da legislação pertinente.

Amparo, 21 de setembro de 2023.

SÉRGIO JOSÉ FAGUNDES JÚNIOR

Secretário Municipal de Educação